



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

EDITAL-PREGÃO ELETRÔNICO 001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 185/2025IS

CONTRATANTE:

OSTRASPREV – Rio das Ostras Previdência

OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução do Censo Previdenciário dos servidores públicos efetivos ativos da Administração Direta e Indireta do Município de Rio das Ostras, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social – OSTRASPREV, mediante coleta digital/web de dados cadastrais, funcionais e financeiros, com atendimento presencial exclusivamente para os casos excepcionais, nos quais o servidor não consiga realizar o procedimento pelos meios eletrônicos, conforme especificações do Termo de Referência.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ R\$ 609.930,00 (seiscentos e nove mil, novecentos e trinta reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 05 / 03 / 2025 às 09:00 horas (horário de Brasília) - Endereço eletrônico:
www.comprasnet.gov.br - Código UASG: 928034

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço global

MODO DE DISPUTA

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

1. DO OBJETO

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6. DA FASE DE JULGAMENTO

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8. DOS RECURSOS

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11. REAJUSTE CONTRATUAL

12. DA FORMA, LOCAL (S) DE ENTREGA PRAZOS DE PAGAMENTO

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14. DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREÂMBULO

O **OSTRASPREV** – Rio das Ostras Previdência, por intermédio do seu Setor de Licitação e Contratos, torna-se público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, modo de disputa **ABERTO**, sob o regime de execução indireta, tipo empreitada por preço global, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações supervenientes, da Lei Complementar nº 123/2006, com as modificações introduzidas pela LC nº 147/2014 e pela Lei nº 11.488/2007, art. 34, e, de forma suplementar, pelos Decretos Municipais nº 3.884/2024 e nº 4.039/2024, bem como pelas demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Comissão Permanente de Licitação do OSTRASPREV-Rio das Ostras Previdência

Data da sessão: 05/03/2025

Horário: 09 h (Horário de Brasília)

Endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br

Código UASG: 928034

Modo de Disputa: Aberto

E-mail: delco@ostraspjev.rj.gov.br

Tel: 22 – 2764-1310

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução do Censo Previdenciário dos servidores públicos efetivos ativos da Administração Direta e Indireta do Município de Rio das Ostras, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social – OSTRASPREV, mediante coleta digital/web de dados cadastrais, funcionais e financeiros, conforme especificações do Termo de Referência.

1.1.2. A licitação será realizada em item único.

1.2. No caso de divergência entre a especificação contida neste Edital e no sistema **Comprasnet/Compras.gov.br**, prevalecerá a descrita neste Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF, devendo estar com a situação regular até o terceiro dia útil anterior à data prevista para o recebimento das propostas, conforme dispõe a legislação vigente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

2.2. O licitante responsabiliza-se, de forma exclusiva e formal, por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, bem como os atos praticados diretamente ou por seus representantes.

Fica excluída qualquer responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do órgão promotor da licitação por danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade de o licitante conferir a exatidão e a integridade de seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los constantemente atualizados perante os órgãos competentes, devendo providenciar, imediatamente, as correções necessárias tão logo identifique qualquer inconsistência ou desatualização.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

2.5. O licitante que se enquadrar como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

2.6. Não poderão participar desta licitação:

2.6.1. Sociedade que desempenha atividade que não atende às condições deste Edital e seus anexos;

2.6.2. Licitante que não atenda às condições previstas neste Edital e em seus anexos;

2.6.3. O autor do anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando relacionados ao objeto da licitação;

2.6.4. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.5. Empresa responsável, isoladamente, pela elaboração do projeto básico ou executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital votante, responsável técnico ou subcontratado, quando tais atividades se relacionarem com o objeto licitado;

2.6.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre impedida de participar de licitação ou contratar com a Administração Pública, em razão de sanção aplicada na forma da lei;

2.6.7. Empresa cujo sócio ou dirigente mantenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários, Subsecretários ou com agente público envolvido na licitação, na fiscalização ou na gestão do contrato, como procuradores, assessores jurídicos, controle interno ou membros da comissão de licitação, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, quando concorrerem entre si;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

2.6.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à publicação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil ou por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo;

2.6.10. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.12. É vedada a participação, direta ou indireta, na licitação ou na execução do contrato, de agente público pertencente ao órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas situações que possam configurar conflito de interesses durante ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação aplicável, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.6.13. Havendo alguma das incompatibilidades elencadas nos itens 2.6.7 e 2.6.12, a desincompatibilização, para ser válida, deverá ocorrer no mínimo seis meses antes da data marcada para a licitação.

2.6.14. O rol descrito no item 2.6.7 é meramente exemplificativo, podendo abranger qualquer servidor público municipal, de qualquer Secretaria ou Órgão, desde que comprovada a possibilidade de interferência no certame ou na execução do contrato, capaz de gerar favorecimento indevido.

2.6.15. O impedimento previsto no item 2.6.5 aplica-se também ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o objetivo de burlar a efetividade de sanção imposta, incluindo sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica.

2.6.16. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos, bem como a empresa referida nos itens 2.6.2 e 2.6.3, poderão participar do apoio às atividades de planejamento da contratação, execução da licitação ou gestão do contrato, desde que atuem sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.6.17. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impedem a licitação ou a contratação de serviços que incluam como encargo da contratada, a elaboração de projeto básico e executivo nas contratações integradas, ou apenas o projeto executivo nos demais regimes de execução.

2.6.18. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro internacional, com recursos do financiamento ou contrapartida nacional, é vedada a participação de pessoa física ou jurídica que conste no rol de sancionadas por essas entidades ou que esteja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



2.6.19. A vedação constante do item 2.6.12 estende-se ao terceiro que auxilie na condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário/representante de empresa responsável por assessoria técnica.

2.7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTIMADO

2.7.1. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta contendo o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

Caso a fase de habilitação anteceda a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes deverão enviar, simultaneamente, os documentos de habilitação e a proposta, na forma e no prazo definidos no item anterior, observando-se o disposto nos itens 6.1.1 e 6.11.1 deste Edital.

2.7.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que:

2.7.3. Está ciente e concorda com todas as condições estabelecidas no Edital e em seus anexos, declarando ainda que a proposta apresentada contempla a integralidade dos custos necessários ao cumprimento dos direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal, legislação trabalhista, normas infra-legais, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes, bem como que atende plenamente aos requisitos de habilitação exigidos no instrumento convocatório;

2.7.4. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

2.7.5. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados submetidos a condições de trabalho degradante ou forçado, em observância ao disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

2.7.6. Cumpre as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, conforme legislação e normas específicas aplicáveis.

2.7.7. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da referida Lei, observado o disposto nos §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

2.7.8. Nos itens exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, a marcação do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item específico.

Nos itens não exclusivos para ME/EPP, a marcação do campo “não” apenas resultará na renúncia ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, ainda que o licitante seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

2.7.9. A falsidade das declarações previstas nos itens 2.6.20 ou 2.6.25 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

2.7.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, se a fase de habilitação anteceder a apresentação das propostas e lances, os documentos de habilitação inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

2.7.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação, sendo a classificação estabelecida somente após a abertura da sessão pública e a fase de envio de lances.

2.7.12. Após a fase de envio de lances, serão disponibilizados ao público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados para apresentação de propostas.

2.7.13. Desde que disponibilizada essa funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o valor final mínimo ou o percentual de desconto máximo no momento do cadastramento da proposta, devendo observar as seguintes regras: a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, incidente tanto sobre os lances intermediários quanto sobre o lance destinado a cobrir a melhor oferta.

2.7.14. Os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, observando-se o valor final mínimo estabelecido e o intervalo referido no item anterior.

2.7.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

2.7.16. Registrar valor superior a lance já ofertado pelo próprio fornecedor no sistema, quando o critério de julgamento for menor preço;

2.7.17. Registrar percentual de desconto inferior a lance já ofertado pelo próprio fornecedor no sistema, quando o critério de julgamento for maior desconto.

2.7.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado nos termos do item 2.6.31 terá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado exclusivamente aos órgãos de controle interno e externo.

2.7.19. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar, integralmente, as operações realizadas no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

pelo ônus decorrente da perda de negócios ocasionada pela inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou por eventuais desconexões.

2.7.20. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer ocorrência que possa comprometer o sigilo ou a segurança de suas informações, a fim de que seja realizado o bloqueio imediato do acesso.

3. DO PREENCIMENTO DA PROPOSTA

3.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

3.1.1. valor unitário e total do item;

3.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

3.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

3.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto durante a etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não sendo admitida qualquer alegação posterior de erro, omissão ou equívoco para fins de alteração dos valores propostos.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente dos percentuais de tributos informados na proposta, serão aplicadas, no pagamento, as retenções legais previstas na legislação vigente, conforme o regime tributário da licitante.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos, contados da data de sua apresentação no sistema.

3.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;



3.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX e at. 75 da CRFB](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

4.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

4.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.2.1. Será desclassificada a proposta que contenha qualquer identificação do licitante, devendo o pregoeiro atentar para eventual necessidade de diligência antes da desclassificação.

4.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

4.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

4.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

4.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

4.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do objeto, em conformidade com o critério de julgamento definido neste Edital (menor preço).

4.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

4.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

4.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo R\$ 10,00 (dez reais) do valor total do objeto a ser licitado.

4.10. O licitante poderá excluir uma única vez o último lance ofertado, no prazo de quinze segundos após o registro, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

4.11. O procedimento observará integralmente o modo de disputa aberto.

4.12. No modo aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com possibilidade de prorrogação automática.

4.12.1. A etapa de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos, sendo prorrogada automaticamente quando houver lance registrado nos últimos 2 (dois) minutos desse período.

4.12.2. A prorrogação automática será de 2 (dois) minutos, ocorrendo de forma sucessiva enquanto houver novos lances no período prorrogado, inclusive lances intermediários.

4.12.3. Encerrada a oferta de lances, o sistema divulgará automaticamente a classificação final.

4.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

4.12.5. Reiniciada a disputa na forma do item anterior, os licitantes serão convocados pelo sistema para apresentar novos lances intermediários, observando-se as mesmas regras aplicáveis à etapa inicial.

4.12.6. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, mediante justificativa, visando à obtenção do melhor preço para a Administração.

4.12.7. Finalizada a etapa competitiva, o sistema registrará em ata eletrônica todos os lances ofertados, inclusive os desclassificados, mantendo o sigilo da identidade dos licitantes até o encerramento da disputa.

4.12.8. O registro dos lances, a ordem de classificação e os horários correspondentes ficarão disponíveis para auditoria pelos órgãos de controle interno e externo.

4.13. Do desempate

4.13.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, aplicar-se-ão, sucessivamente, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

4.13.2. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



4.13.3. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, preferencialmente com base em registros cadastrais ou atestos previstos na Lei;

4.13.4. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

4.13.5. Existência de programa de integridade implementado pelo licitante, conforme orientações dos órgãos de controle.

4.13.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens ou serviços produzidos ou prestados por:

4.13.6.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

4.13.6.2. Empresas brasileiras;

4.13.6.3. Empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no País;

4.13.6.4. Empresas que comprovem práticas de mitigação de emissões, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

4.14. Da negociação

4.14.1. Encerrada a etapa de envio de lances, caso a proposta do primeiro colocado permaneça acima do preço máximo ou abaixo do desconto mínimo definido pela Administração, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

4.14.2. A negociação poderá estender-se aos demais licitantes, segundo a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

4.14.3. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, sendo acompanhada pelos demais licitantes.

4.14.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo.

4.14.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, encaminhe a proposta ajustada ao último lance negociado, acompanhada dos documentos complementares necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

4.14.6. O prazo poderá ser prorrogado pelo pregoeiro, mediante solicitação fundamentada registrada no chat antes do seu término.

4.15. Prova de Conceito

4.15.1. Será exigida Prova de Conceito, conforme previsto no Termo de Referência, como condição essencial para adjudicação do objeto.



4.15.2. A prova de conceito será exigida após a etapa de lances e habilitação, devendo o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar realizar “teste de ensaio” para comprovar a aderência da solução às especificações estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência.

4.15.3. A comprovação será feita mediante demonstração da solução a uma Comissão de Avaliação designada pela CONTRATANTE.

4.15.4. A licitante classificada com o menor preço global será convocada, após 02 (dois) dias úteis da sessão, para realizar o teste de ensaio em dia e horário definidos, devendo concluir a demonstração em até 01 (um) dia útil, no período das 9h às 14h.

A não observância do prazo acarretará desclassificação automática.

4.15.5. Em caso de desclassificação, será convocado o licitante subsequente, na ordem de classificação, aplicando-se o mesmo procedimento.

4.15.6. A demonstração ocorrerá na sede do OSTRASPREV – Rio das Ostras Previdência.

4.15.7. A Comissão de Avaliação emitirá parecer técnico fundamentado, aprovando ou reprovando a solução demonstrada. A reprovação implicará a desclassificação da licitante.

4.15.8. O OSTRASPREV disponibilizará infraestrutura física e de comunicação (internet) necessária à apresentação. As ferramentas e equipamentos necessários serão de responsabilidade da licitante.

4.15.9. O parecer conclusivo da Comissão será encaminhado ao Pregoeiro e à Comissão de Licitação para divulgação oficial no sistema.

4.15.10. A Comissão não se manifestará sobre atendimento ou não dos itens durante a apresentação.

4.15.11. Poderá ser solicitado o envio de informações técnicas adicionais no prazo de até 02 (dois) dias úteis. O não atendimento implicará desclassificação.

4.15.12. O prazo para envio de informações poderá ser prorrogado mediante solicitação fundamentada da licitante, sujeita a deferimento da Comissão de Avaliação.

4.15.13. A licitante deverá atender 100% dos requisitos obrigatórios da Tabela anexa no Termo de Referência.

5. DA FASE DE JULGAMENTO

5.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

a) SICAF — devendo disponibilizar essa documentação às demais licitantes, em observância ao princípio da transparência (art. 5º, Lei nº 14.133/2021);

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.2. A consulta será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, em razão da vedação prevista no art. 12 da Lei nº 8.429/1992, conforme alterada pela Lei nº 14.230/2021.

5.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

5.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

5.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 2.6.25 deste edital.

5.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

5.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.7.1. Contiver vícios insanáveis;

5.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

5.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

5.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

5.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

5.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

5.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

5.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário*.

5.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

5.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

5.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

5.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

5.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

5.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

5.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

5.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6. FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, desde que válido e atualizado.

6.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.2.1. Caso a empresa estrangeira se sagre vencedora, os documentos deverão ser traduzidos por tradutor juramentado e apostilados (Decreto nº 8.660/2016) antes da assinatura do contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

6.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

6.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

6.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

6.7. Será verificado, sob pena de inabilitação, se o licitante apresentou declaração de cumprimento da reserva legal de cargos para pessoa com deficiência e reabilitados da Previdência Social, quando aplicável.

6.8. O licitante deverá apresentar declaração de que sua proposta contempla todos os custos trabalhistas, conforme Constituição, CLT, normas infralegais, convenções coletivas e termos de ajustamento de conduta.

6.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

6.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

6.10. É de responsabilidade do licitante manter atualizados seus dados cadastrais no SICAF, devendo realizar correção imediata quando identificar inconsistências.

6.10.1. O descumprimento do item anterior poderá ensejar a inabilitação do licitante.

6.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios oficiais de órgãos emissores, constitui meio legal de prova.

6.11.1. Os documentos não contemplados no SICAF deverão ser enviados pelo sistema no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

6.11.2. Caso a fase de habilitação anteceda a apresentação de propostas e lances, os licitantes deverão enviar simultaneamente documentos de habilitação e proposta, conforme a IN SEGES nº 73/2022.

6.12. A verificação no SICAF ou a exigência de documentos não abrangidos por ele será feita somente em relação ao licitante vencedor.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

6.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos após o julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado.

6.12.2. Quando a fase de habilitação anteceder a fase de propostas, a verificação ocorrerá em relação a todos os licitantes excetuados a regra do item anterior.

7. DOS RECURSOS

7.1. Dos atos de julgamento das propostas, de habilitação ou de inabilitação e de anulação ou de revogação da licitação, caberá recurso, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. A intenção de recorrer dos atos de julgamento deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

7.2.1. Será concedido prazo de 10 (dez) minutos, para que os licitantes manifestem sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2.2. Nos casos de anulação ou revogação, o prazo recursal contará da data da publicação da decisão no Jornal Oficial do Município.

7.3. Os recursos serão apreciados em fase única.

7.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação ao Ordenador de Despesas do órgão gestor da contratação, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

7.6. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de divulgação da interposição do recurso.

7.7. Será assegurado ao licitante o acesso aos elementos indispensáveis ao exercício de seu direito de defesa.

7.8. Os itens não recorridos poderão ser imediatamente adjudicados, nos termos da legislação aplicável.

8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

8.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

8.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

8.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

8.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

8.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

8.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

8.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

8.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

8.1.5. Fraudar a licitação;

8.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

8.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a legislação pertinente;

8.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

8.1.6.3. Apresentar amostra falsificada, adulterada, deteriorada ou dissociada das especificações exigidas.

8.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

8.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

8.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

8.2.1. Advertência;

8.2.2. Multa;

8.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será aplicada em percentual de 0,5% a 30% sobre o valor do contrato licitado e deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

8.4.1. Para as infrações previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

8.4.2. Para as infrações previstas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

8.6. Na aplicação da sanção de multa será assegurado o direito à defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar serão aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, quando não se justificar penalidade mais grave, impedindo-o de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato caracteriza descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades e perda imediata da garantia da proposta.

8.9. A apuração para aplicação das penalidades de impedimento e inidoneidade exige processo formal, conduzido por comissão composta por, no mínimo, 2 servidores estáveis, garantindo ao acusado defesa prévia em 15 dias úteis.

8.10. Cabe recurso, no prazo de 15 dias úteis, contra as sanções de advertência, multa e impedimento.



8.11. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à sessão pública.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

- Portal Compras.gov.br (www.comprasnet.gov.br);
- E-mail institucional delco@ostrasprev.rj.gov.br

9.4. A apresentação de impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspenderá automaticamente os prazos do certame, salvo decisão fundamentada do agente de contratação.

9.4.1. A concessão de efeito suspensivo será medida excepcional e dependerá de justificativa expressa nos autos do processo.

9.5. Caso a impugnação seja acolhida, será definida e publicada nova data para realização da sessão, observando-se o prazo mínimo de divulgação previsto no art. 55 da Lei nº 14.133/2021.

9.6. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimento serão divulgadas, cumulativamente, no:

- Portal Compras.gov.br;
- Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- Sítio eletrônico oficial do OSTRASPREV, quando aplicável.

9.7. As respostas e decisões emitidas integrarão o processo administrativo da licitação e vincularão todos os licitantes e a Administração quanto ao seu conteúdo.

9.8. Eventuais modificações no edital serão divulgadas na mesma forma da publicação original e obedecerão aos mesmos prazos dos atos iniciais, exceto quando a alteração não interferir na formulação das propostas, hipótese em que não será necessário reabrir prazos, desde que mantido o tratamento isonômico.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico, contendo todos os registros e atos praticados durante o certame.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

10.2. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo comunicação em contrário do Pregoeiro.

10.3. Todas as referências de tempo constantes neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília – DF.

10.4. A homologação do resultado desta licitação não implica obrigação de contratação por parte da Administração.

10.5. As normas que regem esta licitação serão interpretadas sempre em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia, a finalidade do certame e a segurança da contratação.

10.6. Na ausência de regulamentos municipais específicos, serão aplicadas as normas federais pertinentes, interpretadas conforme o Decreto-Lei nº 4.657/1942 (LINDB) e os princípios gerais do direito.

10.7. Os licitantes são responsáveis por todos os custos decorrentes da preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por esses custos, independentemente do resultado do certame.

10.8. Na contagem dos prazos previstos neste Edital e seus anexos:

- a) excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;
- b) os prazos terão início e término apenas em dias de expediente na Administração.

10.9. O descumprimento de exigências formais não essenciais não importará na desclassificação do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observando-se os princípios da isonomia e do interesse público.

10.10. Em caso de divergência entre este Edital e seus anexos, ou entre quaisquer outras peças do processo, prevalecerá o disposto neste Edital.

10.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

10.12. As empresas deverão comunicar qualquer alteração de endereço ou contato, especialmente número de telefone com WhatsApp habilitado para recebimento das notificações do Município de Rio das Ostras, sob pena de validade das notificações realizadas exclusivamente pelo Jornal Oficial do Município.

10.13. O prazo de pagamento ao contratado e demais condições correlatas encontram-se definidos no Termo de Referência.

10.14. As regras de fiscalização e gestão contratual, incluindo critérios de avaliação de desempenho e requisitos para eventual remuneração variável, constam no Termo de Referência.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

10.15. As exigências relativas a garantias e seguros, quando aplicáveis, estão especificadas no Termo de Referência.

10.16. Os prazos e condições para a execução dos serviços encontram-se definidos no Termo de Referência.

10.17. A publicidade do Edital será realizada mediante divulgação do inteiro teor no PNCP e extrato no Jornal Oficial do Município.

10.18. Os casos omissos serão decididos pela Administração, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

11. DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO

11.1. A documentação a seguir, faz parte integrante deste Edital.

- **ANEXO I** – Termo de Referência
- **ANEXO II** – Modelo de Proposta de Preço
- **ANEXO III** – Requisitos para prova de conceito
- **ANEXO IV** – Termo de Confiabilidade
- **ANEXO V** – Minuta o contrato

Rio das Ostras, 12 de fevereiro 2026.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3884/2024
Processo Administrativo 185/2025IS

1. AS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A contratação tem por objeto a prestação de serviços especializados de Censo Previdenciário, mediante coleta de dados realizada em plataforma digital/web (coleta digital), para execução do recenseamento previdenciário dos servidores públicos efetivos ativos da Administração Direta e Indireta do Município de Rio das Ostras, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social – OstrasPrev, conforme especificações e requisitos previstos neste Termo de Referência.

1.2. A contratação visa o aprimoramento da base cadastral, funcional e financeira dos segurados ativos, promovendo a eficiência da gestão previdenciária, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Portaria MTP nº 1.467/2022 (e alterações), que orienta os RPPS quanto à governança, atualização cadastral e melhoria contínua dos processos de controle interno e avaliação atuarial.

1.3. Os serviços descritos neste Termo de Referência caracterizam-se como serviços comuns, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

1.4. Atualmente encontram-se vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Rio das Ostras – OstrasPrev, na condição de servidores efetivos ativos, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo, Autarquias e Fundações, aproximadamente 6.275 (seis mil duzentos e setenta e cinco) indivíduos, número sujeito à variação mensal em razão da concessão de benefícios previdenciários, bem como da admissão e exoneração de servidores.

1.5. Serão recenseados exclusivamente os servidores efetivos ativos. A análise do sistema de gestão previdenciária demonstrou que aposentados e pensionistas possuem 100% de comparecimento à prova de vida, não havendo segurados bloqueados por ausência. Conforme orienta o Manual do Pró-Gestão, o recenseamento desses beneficiários pode ser realizado por meio da própria prova de vida, a qual, no âmbito do OstrasPrev, tem se mostrado plenamente eficaz para atualização cadastral.

1.6. O Censo Previdenciário é instrumento indispensável para a criação, atualização e consolidação da base cadastral, funcional e financeira dos segurados ativos, alimentando diretamente o sistema próprio de gestão previdenciária.

Os dados obtidos são fundamentais para subsidiar:

- As avaliações atuariais periódicas e estudos de equilíbrio financeiro e atuarial;
- O cumprimento das obrigações perante o eSocial e o CNIS-RPPS;
- A melhoria da governança previdenciária e o fortalecimento dos controles internos;
- A manutenção e elevação da classificação do OstrasPrev no Programa Pró-Gestão RPPS;
- A celeridade e assertividade na concessão de aposentadorias e pensões;
- A prevenção e detecção de fraudes e inconsistências cadastrais;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

- A consolidação de uma base de dados única, padronizada e integrada em sistema próprio de gestão;
- A identificação e regularização de inconsistências na folha de pagamento, como duplicidades, pagamentos indevidos ou dados desatualizados;
- A melhoria das simulações e projeções de benefícios com maior precisão e segurança jurídica.

1.7. A contratação de empresa especializada garante a utilização de metodologia atualizada, segura e eficiente, com tecnologia digital e mecanismos de autenticação que asseguram a integridade das informações coletadas. Dessa forma, os gestores passam a contar com informações confiáveis para o planejamento e a gestão previdenciária, contribuindo para o equilíbrio atuarial do RPPS municipal.

1.8. O prazo de vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura, podendo ser prorrogado mediante justificativa e observância do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação está pormenorizada no ETP – Estudo Técnico Preliminar, que antecede à elaboração do presente Termo de Referência e instrui o presente processo, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. A contratação justifica-se pela necessidade de atualização da base cadastral, funcional e financeira dos servidores públicos efetivos ativos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Rio das Ostras – OstrasPrev, com vistas ao aprimoramento da gestão previdenciária, à melhoria da acurácia das avaliações atuariais, ao atendimento das exigências legais e ao fortalecimento da governança institucional.

2.3. O último Censo Previdenciário no âmbito municipal foi realizado no ano de 2022. Desde então, ocorreram diversas alterações no quadro de servidores ativos, tais como ingressos, aposentadorias e movimentações funcionais, o que demanda nova atualização da base de dados.

2.4. A medida está em consonância com as diretrizes estabelecidas no Manual do Pró-Gestão RPPS – versão 3.6 (fev/2025), o qual recomenda a realização periódica do recenseamento previdenciário como instrumento de controle e melhoria da qualidade da informação, sendo considerado obrigatório para fins de certificação institucional, inclusive no que se refere à integração com o CNIS-RPPS e o e-Social.

2.5. A necessidade de contratar uma empresa para execução do censo previdenciário é justificada considerando que o equilíbrio financeiro consiste em, depois de realizada a arrecadação e feito os pagamentos, não haver saldo negativo nos fundos previdenciários, evitando danos às contas públicas e seus beneficiários.

2.6. Portanto, a atualização permanente da base de dados cadastrais permite ao ente federativo maior controle da massa de seus segurados e garante que as avaliações atuariais anuais reflitam a realidade dessa base, possibilitando dessa forma a correta organização e revisão dos planos de custeio e benefícios, conforme estabelece o artigo 1º, inciso I da Lei Federal nº 9.717/1998.

2.7. A contratação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico, conforme arts. 6º, XLI, 28, I da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

Lei Federal nº 14.133/2021.

2.8. A licitação será pelo tipo Menor Preço global, com regime de Execução Indireta de Empreitada por Preço Global.

2.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

2.10. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão pública.

3. FASES DO CENSO PREVIDENCIÁRIO

FASE	DESCRIÇÃO
CENSO PREVIDENCIÁRIO	<p>Censo Funcional: atualização do histórico funcional do segurado desde a sua admissão junto ao ente - vínculos funcionais, tempos de contribuição, aposentadorias adquiridas, histórico funcional, cargos e carreiras; e/ou na iniciativa privada, mediante a apresentação de Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) ou documento congênere.</p> <p>Censo Cadastral: foto atualizada do servidor, atualização de informação cadastral, tais como: endereço, CPF, comprovante de residência, e-mail, número de telefone, estado civil, dependentes, número de NIT/PIS. Esta etapa necessita da participação do servidor público ativo, dos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social.</p> <p>Censo Financeiro: atualização das informações financeiras do segurado, desde a data da sua admissão no Ente Federativo (base de cálculo, valor de contribuições previdenciárias e benefícios recebidos) e dados bancários.</p>
PLANEJAMENTO	<p>Primeira Etapa: Reunião com a participação dos técnicos designados pela Contratada, com a finalidade de repassar as orientações relativas aos procedimentos preliminares para o Censo Previdenciário. Nessa reunião também deverá ocorrer a definição da equipe de Coordenação da Contratada e apresentação à Unidade Gestora do RPPS e aos Órgãos de coleta de dados e a exposição pela Contratada da metodologia de desenvolvimento do trabalho que será utilizado pela Contratada a ser executado em etapas online e presencial.</p> <p>Segunda Etapa: A Contratada deverá elaborar e apresentar um planejamento estratégico e operacional das atividades a serem desenvolvidas acompanhadas de fluxograma das atividades de censo dos servidores e do cronograma de execução e estabelecer metas para que o grupo de servidores ativos efetivos seja entrevistado, a fim de obter um percentual de 95% (noventa e cinco por cento) de seu total, desde que a Contratante siga os procedimentos sugeridos pela Contratada;</p>
DIVULGAÇÃO	<p>Para esta etapa de Censo Cadastral, deverá acontecer uma ampla divulgação, em mídia oficial e social, visando a sensibilizar os servidores sobre a importância e a obrigatoriedade do cadastro consistente e atualizado.</p> <p>Os custos com a operacionalização da campanha de divulgação,</p>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

	<p>envolvidos aqui os de produção e logística de distribuição, são de responsabilidade da Contratada, entretanto, outros meios poderão ser utilizados caso haja entendimento entre a Contratada e o Contratante, de modo que o público-alvo seja atendido com o menor custo despendido.</p> <p>O material publicitário produzido pela Contratada deverá passar pela aprovação da Contratante (OstrasPrev).</p>
COLETA DE DADOS CADASTRAIS	<p>O AUTO RECENSEAMENTO ONLINE ocorrerá por meio de acesso digital através de sistema de website e aplicativo de celular, durante todo o período do Censo Previdenciário, com o suporte de atendimento sendo remoto via telefone, e-mail, WhatsApp ou outro meio que possibilite atendimento aos segurados e beneficiários;</p> <p>A Contratada deverá fornecer software de cadastro previdenciário integrado com aplicativos de celular nas principais plataformas (IOS e Android), Hotsite com endereço eletrônico, API de dados para consumo imediato das informações do censo de forma informatizada, equipamentos, materiais e todos os insumos necessários para a realização do censo funcional, cadastral e financeiro dos servidores públicos do município de Rio das Ostras/RJ dos servidores efetivos ativos, ficando a cargo da contratada a cessão de pessoal para a realização dos procedimentos do censo e a utilização dos softwares;</p> <p>O atendimento via AUTO RECENSEAMENTO ONLINE por aplicativo ou por website é o MEIO OBRIGATÓRIO e OBJETIVO MAIOR DO CENSO PREVIDENCIÁRIO, que além de moderno e mais célere, tem por finalidade, também evitar eventuais aglomerações;</p> <p>A empresa Contratada confeccionará e disponibilizará aos seus facilitadores um manual contendo o “passo a passo” dos procedimentos para a realização do censo, com a descrição de todas as etapas, da utilização do aplicativo e do sistema website, com ilustração das telas do sistema e possíveis dúvidas que possam vir a ocorrer relativas ao tema;</p> <p>A Contratada será responsável pela cessão de facilitadores, devidamente treinados no uso dos aplicativos, para atuar como colaborador durante as fases de atendimento online e para os casos de exceção para o atendimento presencial do censo previdenciário;</p> <p>Serão selecionados servidores do OstrasPrev para serem treinados no uso da ferramenta para atuarem no atendimento de situações especiais;</p> <p>Será emitida minuta de Decreto para envio ao poder Executivo Municipal onde constarão as informações a serem utilizadas, documentos necessários, prazos para a realização do recenseamento, e implicações da não realização do recenseamento do censo previdenciário.</p> <p>A Contratada deverá se responsabilizar pelo fornecimento dos dados em layout compatível com o software de gestão utilizado pelo OstrasPrev para a concretização do Censo Previdenciário, devendo assumir os custos inerentes e indispensáveis à realização do Censo Previdenciário (recenseamento), tais como: microcomputadores; impressoras; scanner; material de escritório; fotocopiadoras; pessoal (inclusive encargos trabalhistas); alimentação e transporte do pessoal; despesas relacionadas à capacitação dos técnicos que atuarão no censo; equipamentos e despesas relacionadas à montagem de laboratório para</p>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

	a realização de treinamentos que exigirem utilização de sistemas informatizados.
INTEGRAÇÃO DAS BASES DE DADOS DOS SISTEMAS UTILIZADOS PELA DO CONTRATANTE	<p>Para promover a integração das bases de dados existentes na Contratante e permitir a integração, a geração da carga inicial e a alimentação periódica, utilizando-se das informações a serem fornecidas pela Unidade Gestora do RPPS, a Contratada deverá:</p> <p>A) Receber, antes do início do Censo Previdenciário, da equipe técnica do Contratante arquivos .txt ou outro formato existente, contendo os dados previdenciários, no layout do software de gestão utilizado pelo OstrasPrev, com os dados cadastrais se já existentes, previdenciários e financeiros, dos servidores efetivos ativos para a realização do recenseamento;</p> <p>B) Tratar os dados coletados, a fim de mitigar duplicidades de servidores com mesmo CPF e situação funcional e/ou matrícula diversa, por estar cedido para outro órgão, por exemplo;</p> <p>C) Repassar ao OstrasPrev (Contratante) os dados dos recenseamentos atualizados de acordo com o layout utilizado pelo sistema do RPPS.</p>
DIGITALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS	<p>A Contratada deverá digitalizar os documentos pessoais exigidos para o Censo Previdenciário dos segurados ativos, visando formar um banco de dados a ser entregue a Contratante.</p> <p>A digitalização compreende o processo de cópia da imagem do documento, bem como a obrigatoria Certificação Digital, garantindo assim a segurança e inviolabilidade do documento digitalizado.</p>
HOMOLOGAÇÃO DOS DADOS INSERIDOS NO SISTEMA	<p>Após a realização do Censo, a Contratada deverá disponibilizar meios para que os dados coletados sejam homologados pelo servidor e pelo Contratante.</p> <p>Assim, cada servidor com seu login de acesso individual analisará e homologará os dados pessoais e funcionais cadastrados pela empresa recenseadora, com emissão de seu comprovante de realização.</p>
EQUIPE TÉCNICA	<p>A Contratada deverá dispor e manter, no decorrer da execução das atividades, uma equipe técnica com funções de direção, coordenação e controle com experiência comprovada em atividades de coordenação de equipes em trabalhos similares;</p>
PRODUTOS	<p>Os produtos gerados e correspondentes a cada atividade deverão ser encaminhados para análise e atesto dos técnicos da Contratante que, se aceitos, informarão à Gestão do OstrasPrev para homologação e pagamento correspondente da Contratada, que deverá apresentar os seguintes produtos:</p> <ul style="list-style-type: none">• <i>Produto 1 - Relatório de planejamento e cronograma de execução:</i> Composto da descrição das diretrizes de implementação do processo do Censo Previdenciário, englobando todas as etapas, desde o produto da divulgação até a formação do banco de dados, e suas aplicações de cruzamento de dados, incluindo digitalização de documentos, rotinas e procedimentos, fluxogramas, cronograma com previsão de datas de execução, quantificação dos recursos materiais e humanos, dentre outros.• <i>Produto 2 - Relatório de Informações Funcionais:</i> Composto pela descrição dos segurados que tiveram suas informações



	<p>inseridas no software de gestão utilizado pelo OstrasPrev e homologado pelo Gestor do Contrato;</p> <ul style="list-style-type: none">• <i>Produto 3 - Relatório de Informações Financeiras:</i> Composto pela descrição dos segurados que tiveram suas informações inseridas no software de gestão utilizado pelo OstrasPrev e homologado pelo Gestor do Contrato;• <i>Produto 4 - Relatório de criação do material de divulgação:</i> Composto pelas amostras das peças publicitárias, do material de divulgação, de textos a serem produzidos, publicações, manual e formulários; ou seja, de todas as atividades de divulgação a serem realizadas e os meios que serão utilizados, acompanhado dos documentos de recebimento e aprovação pela Contratante.• <i>Produto 5 - Relatório de acompanhamento da execução da divulgação:</i> Após o produto 04, a Contratada deverá apresentar a descrição detalhada da execução da divulgação, incluindo os custos de todas as etapas do trabalho de campo.• <i>Produto 6 - Relatório de execução do Censo Previdenciário (recenseamento).</i> Descrevendo as rotinas, os procedimentos, os sistemas e os fluxogramas relacionados à execução do recenseamento, bem como as quantidades de servidores cadastrados por órgão; Amostra de relatórios das informações constantes nos formulários eletrônicos preenchidos e de relatórios gerenciais; Quantificação dos servidores cadastrados por categoria e órgão e comparação com a base de dados inicial recebida do Contratante; Relação de forma digital dos servidores que não compareceram ao recenseamento e dos que foram recenseados por meio de procuração pública. Deverá entregar o resultado mínimo de alcance de 95% (noventa e cinco por cento) da totalidade dos servidores ativos;• <i>Produto 7 - Base de Documentos Digitalizados:</i> Relatório contendo a quantidade e amostra de documentos digitalizados, inclusive procedimentos e modelo de consulta na base de dados digitalizados, bem como a comprovação da entrega da base dos documentos digitalizados à Contratante e a tecnologia utilizada.• <i>Produto 8 - Relatório final abordando e registrando:</i> Os resultados alcançados; As dificuldades encontradas; A tecnologia e a metodologia utilizada; A transferência de conhecimentos; Os dados quantitativos e comparativos, concernentes aos servidores, explicitando a situação antes e após o Censo Previdenciário; Demonstrativo sintético da quantidade de servidores por categoria, por beneficiário, por órgão; Percentuais, identificação dos servidores não cadastrados e custo total das suas remunerações e contribuições com estimativa dos possíveis prejuízos ao erário; Estudo Atuarial para verificar o impacto após finalizar o censo previdenciário; Recomendações gerais. IMPORTANTE: As informações coletadas, objeto do serviço de Censo Previdenciário deverá ser fornecidas pela CONTRATADA em software compatível com aquele utilizado pelo OstrasPrev.
--	---



REUNIÃO FINAL	Preferencialmente após a entrega de alguns produtos, como a Base de Documentos Digitalizados, ou antes, da finalização do Contrato será realizada uma reunião, convocada pela Contratante, com a participação de técnicos da equipe da Contratada e dos técnicos do OstrasPrev, onde serão demonstrados os resultados alcançados, referentes aos servidores ativos, e recomendações gerais à Autarquia.
----------------------	---

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. O objeto do presente certame consiste na contratação de empresa especializada na execução de Censo Previdenciário, com a finalidade de aprimorar a gestão previdenciária dos dados cadastrais, funcionais e financeiros dos servidores públicos efetivos ativos vinculados ao OstrasPrev.

4.2. A execução dos serviços deverá ocorrer em conformidade com a legislação Federal e Municipal aplicável ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), abrangendo:

- Censo Previdenciário, com digitalização e armazenamento de dados cadastrais, funcionais e financeiros dos servidores efetivos ativos, visando à atualização do banco de dados do Sistema de Gestão Previdenciária utilizado pela Autarquia.
- Após a assinatura do contrato, será realizada reunião inicial (kick-off), presencial ou online, para:
 - ✓ Alinhamento técnico dos procedimentos do Censo;
 - ✓ Apresentar os sistemas utilizados pela Autarquia;
 - ✓ Esclarecimentos operacionais;
 - ✓ Apresentação da equipe técnica da CONTRATADA e da CONTRATANTE.

O prazo para execução total do objeto será de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da publicação no PNCP, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3. As fases do Censo Previdenciário, a serem consideradas no cronograma de execução, são:

A) Planejamento

4.3.1. Reunião com a participação dos técnicos designados pela CONTRATADA, com a finalidade de repassar as orientações relativas aos procedimentos preliminares para o Censo Previdenciário.

Nessa reunião também deverá ocorrer a definição da equipe de Coordenação da CONTRATADA, bem como da metodologia que será utilizada pela CONTRATADA para desenvolver o trabalho a ser executado online e presencial.

4.3.2. A CONTRATADA deverá elaborar e apresentar um planejamento estratégico e operacional das atividades a serem desenvolvidas, acompanhado de fluxograma das atividades de censo dos servidores e do cronograma de execução de cada Produto, culminando na entrega dos Produtos 1 - Relatório de planejamento e cronograma de execução, 2 - Relatório de Informações Funcionais e 3 - Relatório de Informações Financeiras.

B) Divulgação



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

4.3.3. A CONTRATADA deverá produzir, distribuir e divulgar material publicitário em mídias oficiais e sociais.

4.3.4. O material publicitário acima mencionado deverá ser composto, no mínimo por:

- I. Produção de áudio e veiculação em rádios de grande abrangência/audiência na região, por período de até 30 (trinta) dias, com frequência mínima de 1 vez por semana em horário noturno;
- II. Material publicitário específico para redes sociais e WhatsApp;
- III. Folders para distribuição suficientes para atingir o total de servidores lotados nas unidades.

4.3.5. Todo o material publicitário deverá ser aprovado previamente conforme organograma do Município.

4.3.6. Os custos com a operacionalização da campanha de divulgação, incluindo os de produtos e logística de distribuição, são de responsabilidade da CONTRATADA.

4.3.7. A empresa CONTRATADA deverá desenvolver toda a arte de divulgação digital do material da campanha de divulgação do referido Censo Previdenciário, responsabilizando-se quanto às leis de utilização pública da imagem de terceiros que possivelmente venha a ser utilizada em qualquer material divulgado.

4.3.8. As atividades desenvolvidas acerca da divulgação culminarão na entrega dos Produtos 4 - Relatório de criação do material de divulgação e 5 - Relatório de acompanhamento da execução da divulgação.

C) Execução do Censo Previdenciário (exclusivamente online)

4.3.9. O AUTO RECEASEAMENTO ONLINE ocorrerá por meio de aplicativo de celular a ser disponibilizado para download na Play Store e na Apple Store, e através de sistema de website, durante todo o período do Censo, com o suporte de atendimento sendo remoto via telefone, e-mail, WhatsApp ou outro meio que possibilite atendimento aos segurados e beneficiários.

4.3.9.1. Excepcionalmente poderá haver o atendimento presencial para um grupo específico de pessoas e em situações onde a complexidade do caso exija a interação presencial, segundo os critérios estabelecidos previamente:

- Servidor com deficiência ou mobilidade reduzida, que dificulte a utilização do autoatendimento.
- Pessoas acamadas: onde poderá ser realizado o atendimento físico domiciliar, desde que dentro dos limites da municipalidade.
- Critérios de segurança: Questões que envolvem suspeita de fraude, segurança da informação ou outras emergências que exigem interação direta com um funcionário treinado.

4.3.10. A CONTRATADA deverá fornecer solução tecnológica completa para a realização do Censo Previdenciário, incluindo:

- Software de cadastro previdenciário, acessível por meio de plataforma web responsiva e aplicativos compatíveis com os sistemas operacionais iOS e Android;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

- Hotsite exclusivo, com endereço eletrônico próprio e identidade visual adequada, destinado à divulgação de informações, orientações e acesso ao sistema de recenseamento;
- API de integração de dados, permitindo o consumo imediato e seguro das informações coletadas de forma informatizada, com compatibilidade com os sistemas utilizados pelo OstrasPrev;
- Todos os equipamentos, materiais, licenças, infraestrutura e insumos necessários para a execução do censo cadastral, funcional e financeiro dos servidores públicos efetivos ativos vinculados à Administração Direta e Indireta do Município de Rio das Ostras/RJ.

4.3.11. O atendimento via AUTO RECENSEAMENTO por aplicativos e por website é O MEIO OBRIGATÓRIO E OBJETIVO MAIOR DO CENSO PREVIDENCIÁRIO, que além de moderno e mais célere, tem por finalidade, também evitar eventuais aglomerações.

4.3.11.1. Excepcionalmente poderá haver o atendimento presencial aos servidores classificados no item 4.3.9.1.

4.3.12. A empresa CONTRATADA confeccionará e disponibilizará aos seus facilitadores um manual contendo o “passo a passo” dos procedimentos para a realização do censo, com a descrição de todas as etapas, da utilização dos aplicativos e do sistema, com ilustração das telas do sistema e possíveis dúvidas que possam vir a ocorrer relativas ao tema.

4.3.13. A CONTRATADA será responsável pela cessão de facilitadores devidamente treinados no uso de seus aplicativos, em um quantitativo mínimo de 05 (cinco) pessoas, para atuar como colaborador durante as fases de atendimento online do censo previdenciário.

4.3.14. O OstrasPrev indicará os servidores a serem treinados no uso da ferramenta para atuarem no atendimento de situações especiais.

4.3.15. As atividades desenvolvidas acerca da Execução do Censo Previdenciário culminarão na entrega do Produto 6 - Relatório de execução do Censo Previdenciário (RECENSEAMENTO).

4.3.16. A entrega do Produto 6 poderá ser fracionada a fim de se verificar o percentual de atingimento do objetivo censo, devendo haver a entrega do resultado mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) da totalidade dos servidores ativos.

D) Integração das bases de dados dos sistemas utilizados pela Contratante

4.3.17. Para promover a integração das bases de dados existentes na CONTRATANTE e permitir a integração, a geração da carga inicial e a alimentação periódica, utilizando-se das informações a serem fornecidas pela Unidade Gestora do RPPS, a CONTRATADA deverá:

- Receber da CONTRATANTE, antes do início do Censo Previdenciário, arquivos em formato .txt ou outro formato compatível, contendo os dados previdenciários, no layout do software de gestão utilizado pelo OstrasPrev, com a descrição dos respectivos layouts, com os dados cadastrais se já existentes, previdenciários e financeiros, dos servidores efetivos ativos para a realização do recenseamento;
- Tratar os dados coletados, a fim de mitigar duplicidades de servidores com mesmo CPF e situação funcional e/ou matrícula diversa, por estar cedido para outro órgão, por exemplo;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

- Repassar a CONTRATANTE os dados dos recenseamentos atualizados de acordo com o layout utilizado pela Unidade Gestora.

E) Digitalização de Documentos

4.3.18. Todos os documentos apresentados pelos servidores deverão ser digitalizados, culminando na entrega do Produto 7 - Base de Documentos Digitalizados.

4.3.19. A digitalização compreende o processo de cópia da imagem do documento, bem como a obrigatória Certificação Digital, garantindo assim a segurança e inviolabilidade do documento digitalizado.

F) Homologação dos dados inseridos no sistema

4.3.20. Após a realização do Censo, a CONTRATADA deverá disponibilizar meios seguros e informatizados para que os dados coletados sejam validados e homologados pelos próprios servidores públicos efetivos ativos, por meio do seu login de acesso individual. A CONTRATANTE também deverá dispor de ambiente administrativo para acompanhamento, conferência e homologação final dos dados, garantindo a consistência e a conformidade das informações inseridas no sistema.

G) Produtos

4.3.21. Os produtos, elencados no item 3 deste Termo de Referência, gerados e correspondentes a cada atividade deverão ser encaminhados para análise e atesto dos técnicos da CONTRATANTE que, se aceitos, informam à Gestão do OstrasPrev para homologação e pagamento correspondente da CONTRATADA.

H) Reunião final de encerramento e avaliação

4.3.22. Ao término da execução do Censo Previdenciário, a CONTRATADA deverá realizar uma reunião final de encerramento, que poderá ocorrer de forma presencial ou virtual, com a participação da equipe técnica da CONTRATANTE e dos responsáveis designados pela empresa executora, com os seguintes objetivos:

- Apresentar relatório consolidado com os resultados obtidos, incluindo dados quantitativos e qualitativos do recenseamento;
- Avaliar o cumprimento das etapas previstas no cronograma e dos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência;
- Registrar eventuais não conformidades, pendências ou sugestões de melhoria;
- Formalizar a entrega final do banco de dados devidamente estruturado e compatível com o sistema de gestão previdenciária utilizado pela Autarquia;
- Encerrar oficialmente o projeto, com a emissão de ata ou termo de encerramento, a ser assinado pelas partes.

4.3.23. A etapa será concluída com a entrega do Produto 8 - Relatório final.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

5.1. Considerando que o Censo Previdenciário será realizado de forma exclusivamente digital, deverão ser observados, sempre que possíveis critérios de sustentabilidade compatíveis com o objeto, tais como a redução do uso de papel, de impressões físicas e de deslocamentos desnecessários.

5.1.1. Os critérios de sustentabilidade devem observar aqueles previstos nas especificações do objeto descritos no ETP – Estudo Técnico Preliminar, além do atendimento à determinação legal do Art. 5º da Lei nº 14.133/2021 do Decreto Municipal nº 3884/2024.

5.1.2. Não se identificou possíveis impactos ambientais e a necessidade de medidas de tratamento ou mitigadoras, buscando sanar os riscos ambientais existentes, e por se tratar de uma Prestação de serviço de Censo Previdenciário, não há critérios e práticas de sustentabilidade a serem exigidas da empresa a ser CONTRATADA.

Da Participação de empresa sob a forma de consórcio:

5.2. Não será permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio, tendo em vista que a execução do objeto — serviços especializados de Censo Previdenciário com coleta digital, integração sistêmica, tratamento de dados sensíveis, gestão em plataforma única e protocolos de segurança da informação — exige:

- responsabilidade técnica única;
- ambiente tecnológico integrado;
- arquitetura centralizada de dados;
- padronização de processos;
- rastreabilidade uniforme das ações executadas;
- menor risco de fragmentação tecnológica.

Subcontratação:

5.3. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, em razão da natureza especializada do serviço e da necessidade de manutenção da responsabilidade técnica, segurança da informação e qualidade da execução sob controle direto da CONTRATADA.

5.3.1. Exceções somente poderão ocorrer mediante autorização formal da CONTRATANTE, mediante justificativa técnica, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela execução, por eventuais terceiros e pelo cumprimento das obrigações contratuais.

Garantia da contratação:

5.4. Será exigida a prestação de garantia pela empresa a ser contratada, no percentual de 05% (cinco por cento) do valor total do contrato, a ser comprovada no prazo de 15 (quinze) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis inclusive rescisão contratual.

5.5. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança bancária.

Prova de Conceito:

5.6. Será exigida Prova de Conceito (PoC), como condição indispensável para adjudicação, observadas as seguintes disposições:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

- a) A PoC será realizada após a etapa de lances e habilitação, pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar. Deverá demonstrar, por meio de teste de ensaio, a aderência da solução aos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.
- b) A demonstração será avaliada por Comissão de Avaliação designada formalmente pelo OstrasPrev.
- c) A licitante classificada com menor preço global será convocada após 02 (dois) dias úteis do Pregão, em dia certo e determinado para realizar o “teste de ensaio”, o qual deverá ser concluído em no máximo 01 (um) dia útil, no período das 9h00min às 14h00min. Este prazo só poderá ser dilatado por decisão exclusiva da comissão de avaliação de forma justificada.
- d) A licitante que descumprir esse prazo será desclassificada automaticamente do certame, ocorrendo a convocação do próximo licitante, na ordem de classificação.
- e) Em caso de desclassificação, ocorrerá a convocação do licitante classificado em Segundo lugar e assim sucessivamente.
- f) A demonstração da solução no dia da sessão da prova de conceito deverá ser realizada na sede do OstrasPrev - Rio das Ostras Previdência.
- g) Caberá à comissão designada para a prova de conceito a emissão de parecer técnico pela homologação ou não da solução. Caso não seja homologada a solução apresentada na prova de conceito, a licitante terá sua proposta desclassificada.
- h) Será disponibilizada pelo OstrasPrev, no dia da realização da prova de conceito, toda a infraestrutura física e de comunicação (rede de internet) necessária à apresentação.
- i) As ferramentas necessárias para qualquer demonstração durante da prova de conceito serão de responsabilidade exclusiva da LICITANTE.
- j) O resultado da prova de conceito será avaliado levando-se em consideração a aderência aos requisitos previstos no Anexo II – Tabela contendo os requisitos mínimos necessários.
- k) O parecer de conclusão da prova de conceito será enviado à Comissão de Licitação para que o resultado seja divulgado com base na apresentação da prova de conceito.
- l) A Comissão de Avaliação não se manifestará quanto ao atendimento ou não dos itens em avaliação durante o transcorrer da apresentação da Licitante.
- m) Poderá ser solicitado o envio de informações técnicas, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, caso a comissão de avaliação entenda necessário maiores informações. A ausência de atendimento a este item por parte do licitante acarretará a recusa da proposta e consequente desclassificação do licitante.
- n) O prazo de apresentação de informações poderá ser prorrogado, desde que formalmente requerido pela licitante, dentro do prazo de vigência da apresentação inicial, e devidamente justificado.
- o) Caberá à Comissão de Avaliação a decisão sobre conceder ou não a prorrogação do referido prazo de apresentação de informações técnicas.
- p) A equipe de avaliação designada pelo OstrasPrev, deverá manifestar-se formalmente ao pregoeiro, aprovando ou reprovando a licitante, no prazo de até 02 (dois) dias após a realização da Prova de Conceito.
- q) A Prova de Conceito, em conformidade com os itens definidos como obrigatórios e desejáveis constantes nas tabelas em anexo a este Termo de Referência, sendo condição obrigatória o atendimento pela licitante de 100% dos requisitos definidos como obrigatórios na Tabela 01.
- r) Ademais, durante a Prova de Conceito deverão ser demonstrados pelo menos 70% dos requisitos definidos como desejáveis, especificados no Anexo II.



Vistoria

5.7. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

6. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 4039, de 2024, e nas demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I.** I- Advertência
- II.** II- multa: a) compensatória; b) de mora.
- III.** III- impedimento de licitar e contratar
- IV.** IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “a” do inciso II.

6.3. A sanção de multa será aplicada por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I- multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso injustificado, na entrega de material ou execução de serviços e 1% (um por cento) ao dia após o 15º (décimo quinto) dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;

II- o atraso na prestação da garantia contratual pelo licitante vencedor ou contratante acarretará a aplicação de multa, nos seguintes termos:

a) atraso de 30 (trinta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da garantia;

b) atraso entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da garantia;

c) atraso superior a 60 (sessenta) dias do termo final para a prestação da garantia: multa de 5% (cinco por cento) do valor da garantia.

III- de 3% (três por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços ou para a contratação direta, para aquele que:

a) na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) tumultuar a sessão pública da licitação;
- e) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;
- f) propor recursos e impugnações manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- h) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- i) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- j) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- k) não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;
- l) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
- m) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- n) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- o) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual-EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- p) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- q) deixar de repor funcionários faltosos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

r) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

s) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

t) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

u) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

IV- de 10% (dez por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:

a) inexecução parcial, com ou sem prejuízo para o ente Contratante;

b) quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.

V- de 20% (vinte por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato, da Ata de Registro de Preços;

h) recusa do infrator em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, salvo se a recusa em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo relevante, do qual não tenha



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

dado causa ou concorrido negligentemente, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, mediante decisão favorável e motivada da autoridade competente;

i) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

6.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

6.5. Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação.

6.6. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

6.7. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste instrumento, cumulando-se os respectivos valores.

6.8. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios estabelecido no Decreto Municipal nº 4039, de 2024.

6.9. Será aplicada a sanção de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I- impedimento pelo período de até 01 (um) ano, caso o infrator:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) tenha sofrido três penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a seis meses;
- f) recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos no contrato e/ou na Ata de Registro de Preços;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

- g) tumultue a sessão pública de licitação;
- h) dê ensejo ao cancelamento parcial do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços;
- i) deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- j) ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;
- k) deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- l) induza em erro a Administração;
- m) seja reincidente na penalidade de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
 - 1. atraso na execução do objeto;
 - 2. alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;
 - 3. não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa.
- n) atraso na execução do disposto na Ata de Registro de Preços ou no contrato;

II- impedimento pelo período entre 01 (um) ano até 02 (dois) anos, caso o infrator:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) a paralisação injustificada do serviço, da obra ou do fornecimento de bens;
- c) à rescisão do contrato e/ou Ata de Registro de Preços;
- d) recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;
- e) não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade.

III- impedimento pelo período entre 02 (dois) anos até 03 (três) anos, caso o infrator:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
- c) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações ou contratações diretas, no momento da contratação ou durante a execução do contrato;
- d) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
- e) comportamento inidôneo;
- f) apresentação de documentação falsa;
- g) falha ou fraude na execução do contrato;
- h) fraude fiscal.

6.10. A aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

6.11. Será aplicada a sanção de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

mínimo de 3 (três) anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I- pelo período entre 03 (três) anos até 04 (anos) anos, no caso de o infrator:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

II- pelo período entre 04 (quatro) anos até 05 (anos) anos, no caso de o infrator:

a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

III- pelo período entre 05 (cinco) anos até 06 (seis) anos, caso o infrator:

a) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa);

b) existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais;

c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

6.12. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º do Decreto Municipal nº 4039, de 2024, pelo prazo máximo de 06 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

6.13. O cometimento de mais de 01 (uma) infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente 01 (uma) delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

6.14. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.15. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



6.16. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.17. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.18. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

7. DO REAJUSTE CONTRATUAL

7.1. Tendo em vista que o prazo de vigência do contrato é de 120 (cento e vinte) dias, a prorrogação da vigência estará condicionada à conveniência da Administração, à disponibilidade orçamentária e à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, sendo a data-base do orçamento estimado o mês de novembro de 2025, e o índice de reajuste dos preços praticados o IPCA, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, conforme previsto no art. 92, §3º da Lei nº 14.133/2021.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Para a execução do serviço de recenseamento, a CONTRATADA deverá utilizar solução computacional e aplicativo para celular tanto para sistema Android como IOS, com, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

8.1.1. Disponibilização de aplicativos de auto recenseamento nas principais plataformas digitais (Play Store e Apple Store);

8.1.2. Disponibilização de interface WEB responsiva, permitindo a execução de todas as funcionalidades em navegadores de dispositivos móveis;

8.1.3. A interface com usuário do sistema do Censo Online deve ser realizada através dos navegadores Mozilla Firefox e Google Chrome, sendo compatível com as versões mais recentes, a contar a data da efetivação do Contrato;

8.1.4. O sistema deverá individualizar cada pessoa por CPF, não permitindo que existam duas pessoas para o mesmo CPF, mesmo em casos onde o recenseado possua mais de uma matrícula funcional.

8.2. O Sistema deverá:

- Permitir o registro, atualização e consulta dos dados dos servidores públicos ativos;
- Permitir revisar todas as informações preenchidas antes de concluir a confirmação dos dados;
- Permitir incluir e gerenciar a documentação digitalizada dos servidores públicos ativos;
- Permitir a consulta e manutenção de todos os dados pessoais dos servidores públicos ativos;
- Permitir pesquisar pessoas pelo nome, CPF;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

- Tratar o servidor como “pessoa”, permitindo que o mesmo possua mais de uma vinculação, conforme o caso;
- Permitir que o sistema faça a busca do endereço a partir da digitação do CEP, trazendo o endereço disponibilizado pelos Correios;
- Permitir que os recenseados tenham acesso aos dados cadastrados pelo servidor, podendo consultá-los e editá-los até o período fim do censo;
- Permitir informar o tipo de declarante que informou os dados do servidor a ser cadastrado;
- Permitir incluir e gerenciar todos os documentos e declarações utilizando o formato Adobe PDF;
- Permitir registro, atualização e consulta de cargos com vínculo aos respectivos órgãos;
- Permitir lançamento/edição/exclusão da remuneração de contribuição a partir de 1994 e/ou data de admissão;
- Permitir a geração e a impressão de relatórios gerenciais em formato XML e PDF do acompanhamento do Censo Online contendo a listagem por matrícula, nome, cargo, sexo, faixa etária, tipo de dependência, lotação (secretaria/órgão), status do Censo Online (concluído, não realizado, pendente);
- Permitir girar documentos digitalizados;
- Permitir aproximar e afastar o zoom de documentos digitalizados;
- Exibir em todas as telas o nome do autor, foto de perfil e data/hora da última atualização de cada registro;
- Permitir averbar o nome social do recenseado;
- Permitir averbar a etnia do recenseado;
- Permitir averbar o tipo de deficiência do recenseado, se houver;
- Permitir cadastrar os dependentes de forma individualizada do servidor titular;
- Permitir vincular os dependentes por grau de parentesco com o servidor titular, compondo assim o núcleo familiar;
- Permitir registro de histórico, atualização e consulta de tempo anterior de serviço, destacando o tempo em RGPS, RPPS e magistério.

8.3. Permitir armazenar e classificar os seguintes tipos de documentos:

- Comprovante de alteração de nome civil;
- Comprovante de alteração de nome social;
- Comprovante de CPF;
- Comprovante de Estado Civil;
- Declaração de União Estável;
- Comprovante de Escolaridade;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Certidão de Óbito;
- Comprovante de Identidade;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Contrato de Trabalho (CTPS);
- Portaria de Averbação de Tempo de Contribuição;
- Comprovante de Residência;
- Certidão de Tempo de Contribuição;
- Comprovante de PIS/PASEP/NIT;
- Comprovante do Título de Eleitor;
- Comprovante do Registro Nacional de Estrangeiro;
- Carteira Nacional de Habilitação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

- Comprovante de Registro em Conselho de Classe;
- Certificado de Reservista;
- Termo de Guarda;
- Termo de Curatela;
- Laudo Médico;
- Comprovante de Dependência Econômica;
- Comprovante de Rendimentos;
- Emitir, na finalização do recenseamento protocolo de comprovação.

8.4. Para uma melhor eficácia no acompanhamento dos trabalhos por parte do OstrasPrev, a CONTRATADA deverá permitir o acesso aos sistemas na plataforma desktop para acompanhar o andamento da execução do auto recenseamento.

Local e Condições da Entrega:

8.5. Os produtos decorrentes da prestação dos serviços — tais como relatórios técnicos, base de dados atualizada, documentação digitalizada, arquivos eletrônicos, amostras de relatórios e demais entregáveis previstos neste Termo de Referência — deverão ser entregues em formato digital, devidamente organizados e compatíveis com os sistemas utilizados pelo OstrasPrev.

8.5.1. Quando houver necessidade de entrega física de mídias ou documentos, esta deverá ocorrer no seguinte endereço Rua Rio Grande do Sul, nº 129, Extensão do Bosque, Rio das Ostras/RJ – CEP: 28893-295, no horário de 08h30 as 16h00.

8.5.2. Os serviços serão prestados via auto recenseamento por aplicativo, conforme descrito neste Termo de Referência.

Responsabilidades:

8.6. A CONTRATADA será responsável por todos os custos relacionados ao transporte, entrega e eventuais reparos durante o período de garantia. A Administração não assume qualquer custo adicional decorrente da execução do objeto.

8.7. Cronograma de execução:

Serviços	1º mês			2º e 3º meses	4º mês	
	ETAPAS					
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
Planejamento						
Coleta de dados cadastrais						
Processamento das informações coletadas						

1ª Etapa: Entrega do Produto 1 - Relatório de planejamento e cronograma de execução;

2ª Etapa: Entrega dos Produtos 2 - Relatório de Informações Funcionais e 3 - Relatório de Informações Financeiras;

3ª Etapa: Entrega dos Produtos 4 - Relatório de criação do material de divulgação e 5 - Relatório de acompanhamento da execução da divulgação;

4ª Etapa: Entrega do Produto 6 - Relatório de execução do Censo Previdenciário (recenseamento).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

A 4ª etapa poderá ser fracionada a fim de se verificar o percentual de atingimento do objetivo censo, devendo haver a entrega do resultado mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) da totalidade dos servidores ativos;

5ª Etapa: Entrega do Produto 7 - Base de Documentos Digitalizados;

6ª Etapa: Entrega do Produto 8 - Relatório final.

8.7.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias corridos, a contar da emissão da Ordem de Serviço.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as disposições deste Termo de Referência, da legislação aplicável e das cláusulas avençadas, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115 da Lei nº 14.133/2021).

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante simples apostila, assegurando-se o reequilíbrio das atividades.

9.3. As comunicações entre o OstrasPrev e a CONTRATADA deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagens eletrônicas quando o ato assim o permitir.

9.4. O OstrasPrev poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do Contrato, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial, destinada à apresentação do Plano de Fiscalização e acompanhamento, contendo:

- a) obrigações contratuais;
- b) mecanismos de fiscalização;
- c) estratégias para a execução do objeto;
- d) metodologia de aferição dos resultados;
- e) prazos e metas;
- f) sanções aplicáveis.

Preposto

9.6. A CONTRATADA deverá designar formalmente preposto responsável pela interlocução com o OstrasPrev antes do início das atividades, indicando poderes e deveres relativos à execução dos serviços.

9.7. O preposto deverá estar disponível durante todo o período de execução do Contrato, presencialmente ou por meios eletrônicos oficiais.

9.8. A CONTRATANTE poderá recusar justificadamente o preposto indicado, caso entenda que o profissional não possui as condições necessárias ao adequado acompanhamento do objeto.

Fiscalização do Contrato

9.9. A fiscalização será realizada por servidores designados pelo Presidente do OstrasPrev, compreendendo fiscalização técnica e administrativa.



Fiscalização Técnica

9.10. Compete ao Fiscal Técnico acompanhar a execução operacional e tecnológica do contrato, incluindo:

- a) acompanhar diariamente as atividades relacionadas ao recenseamento e atualização cadastral;
- b) verificar se o sistema/software disponibilizado atende aos requisitos mínimos do Termo de Referência;
- c) conferir a integridade, segurança e rastreabilidade das informações coletadas;
- d) assegurar que os procedimentos de coleta, atualização e validação de dados respeitem as boas práticas de governança, segurança da informação e legislação aplicável;
- e) validar eventuais relatórios estatísticos ou de produtividade;
- f) registrar irregularidades, inconsistências ou falhas operacionais;
- g) participar das medições e atestar a conformidade técnica dos serviços.

Fiscalização Administrativa

9.11. Compete ao Fiscal Administrativo:

- a) acompanhar prazos contratuais, vigência, aditivos e obrigações formais;
- b) verificar regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA antes de cada pagamento;
- c) receber, conferir e protocolar relatórios, planilhas e documentos de comprovação dos serviços;
- d) consolidar relatórios técnicos e validar medições;
- e) controlar ocorrências registradas pelos fiscais e identificar necessidade de medidas corretivas;
- f) propor aplicação de sanções, quando necessário;
- g) certificar, juntamente com o Fiscal Técnico, o atesto da execução para fins de pagamento.

Relatórios de Fiscalização

9.12. Os fiscais deverão emitir relatórios mensais contendo:

- a) atividades realizadas;
- b) análise dos indicadores;
- c) registro de ocorrências;
- d) atestação de conformidade ou recomendações;
- d) sugestão de glosas, quando cabível.

9.13. Os relatórios, após assinados pelas partes, integrarão o processo administrativo e servirão de base para o atesto das despesas.

Gestor do Contrato

9.14. O Gestor do Contrato será designado pelo Presidente do OstrasPrev, cabendo-lhe administrar o instrumento contratual, supervisionar os registros e relatórios emitidos pela fiscalização, consolidar informações, comunicar irregularidades relevantes e orientar a adoção de medidas administrativas necessárias (art. 41 do Decreto Municipal aplicável e art. 117 da Lei 14.133/2021).



10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1. O objeto contratado poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA.

Recebimento

10.2. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, mediante Termo de Recebimento Provisório, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

10.3. Definitivamente, após a verificação da perfeita adequação dos serviços ao Termo de Referência, mediante Termo de Recebimento Definitivo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

10.4. Havendo indicações de pendências, será concedido prazo de até 10 (dez) dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório, a fim de efetuarem-se as correções necessárias.

10.5. O não cumprimento do prazo a que se refere o subitem anterior caracterizará atraso, sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades cabíveis.

10.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

10.7. Os pagamentos serão efetuados pelo CONTRATANTE em moeda corrente nacional, em até 20 (vinte) dias, de acordo com o Cronograma de Pagamento e comprovação de regularidade fiscal.

Cronograma de Pagamento

CRONOGRAMA DE PAGAMENTO			
MEDIÇÃO	PERÍODO	SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS – CONDICIONANTES DO RECEBIMENTO	PERCENTUAL (%) DE PAGAMENTO
1º	1ª a 3ª Etapa	Planejamento	30%
2º	4ª Etapa	Coleta de dados cadastrais	40%
3º	5ª e 6ª Etapa	Processamento das informações coletadas	30%

(O percentual de pagamento será efetuado, a partir da entrega dos produtos, Conforme as etapas descritas no item 8.7. – Cronograma de Execução)

Liquidação e Pagamento

10.8. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

10.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

10.11. A CONTRATADA não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no art. 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.12. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da CONTRATANTE, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

10.13. O CONTRATANTE estará eximido de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a CONTRATADA houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

10.14. Em caso de erro ou pendência na nota fiscal, o prazo será suspenso até a regularização, sem ônus para a Administração.

10.15. O pagamento será realizado por ordem bancária, em conta indicada pela empresa.

10.16. O pagamento ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da liquidação da despesa.

10.17. No caso de empresa optante pelo Simples Nacional, o pagamento será condicionado à apresentação de documento que comprove essa condição.

10.18. Não será adotado pagamento antecipado nesta contratação.

10.19. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1. Quanto às condições de habilitação, o licitante deverá demonstrar habilitação: jurídica; fiscal, social e trabalhista, na forma prevista no instrumento convocatório.

11.2. Quanto à habilitação técnica, será exigido do licitante o seguinte:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

11.2.1. As empresas licitantes deverão comprovar a necessária Qualificação Técnica mediante a apresentação de atestado fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público, comprovando que proponente executou serviços de:

- a) Recenseamento e/ou atualização de dados cadastrais de servidores públicos, desenvolvendo serviço de ordem funcional, cadastral e financeira, inclusive com inserção de dados e entrega em mídia digital;
- b) Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante em seu próprio nome ou entre empresas do mesmo grupo, e o atestado apresentado deverá ser acompanhado de cópia autenticada do respectivo edital e/ou contrato administrativo tido entre a licitante proponente e o(s) ente(s) emitente(s) do(s) referido(s) atestado(s) de capacidade técnica, para averiguação da veracidade destes.
- c) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Regime de Execução

11.3. O regime de execução do contrato será Menor valor GLOBAL

Exigências de Habilitação

11.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

11.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

11.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o



aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

11.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;

11.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física;

11.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.18. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

11.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.20. Prova de regularidade com a Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos (Estadual/Distrital) OU (Municipal/Distrital) relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuinte estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

11.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

11.24. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados, quando exigidos no Termo de Referência.

11.24.1 (Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.24.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

11.24.3 As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação, podendo substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, §1º da Lei nº 14133/2021.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

11.25. A boa situação financeira da empresa será demonstrada pelo licitante através da aplicação dos índices econômicos financeiros, a serem extraídos do balanço patrimonial indicado acima, calculado com duas casas decimais de acordo com a fórmula abaixo, observando-se o resultado obtido da aplicação dos índices econômicos financeiros.

• ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE $ILC = AC/PC \geq 1,00$ • ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL $ILG = (AC+RLP) / (PC+ELP) \geq 1,00$ • ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL..... $IEG = (PC+ELP) / AT < 1,00$ Onde: AC = ATIVO CIRCULANTE PC = PASSIVO CIRCULANTE RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO ELP = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO AT = ATIVO TOTAL

11.25.1. Os licitantes que apresentarem resultado inferior a 1 (um) nos índices de Liquidez Corrente (LC) e Liquidez Geral (LG) ou resultado maior ou igual a 1 (um) no Índice de Endividamento Geral (IEG), deverão comprovar, considerados os riscos da Administração, o patrimônio líquido mínimo, 2,5% (dois e meio por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

11.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.25.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

11.25.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

11.24. As empresas licitantes deverão comprovar a necessária qualificação técnica mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem que a proponente executou serviços compatíveis com o objeto desta contratação, nos seguintes termos:

- a) O atestado deverá comprovar a execução de recenseamento e/ou atualização de dados cadastrais de servidores públicos, desenvolvendo serviço de ordem funcional, cadastral e financeira, inclusive com inserção de dados e entrega em mídia digital;
- b) Deverá comprovar também a execução de atualização (recenseamento) de dados de servidores, com uso de software específico para tal finalidade, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

- c) Deverá, ainda, comprovar a execução de pesquisa de perfil dos segurados ativos, com elaboração de relatório estatístico;
- d) O atestado deverá estar em papel timbrado da emitente, contendo CNPJ, razão social, endereço, assinatura e identificação da autoridade responsável (nome e cargo);
- e) O atestado deverá descrever de forma clara os serviços executados, informando quantitativos, valores, local de execução, período contratual e, sempre que possível, manifestação quanto ao cumprimento das obrigações contratuais;
- f) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativos mínimos, a apresentação e o somatório de diferentes atestados, desde que referentes a serviços compatíveis entre si;
- g) O atestado poderá ser apresentado em nome da matriz ou da filial da licitante;
- h) Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante ou por empresas do mesmo grupo econômico, ainda que pertencentes ao mesmo conglomerado societário;
- i) O atestado apresentado deverá ser acompanhado, sempre que solicitado pela Administração, de cópia do contrato correspondente, endereço atualizado da CONTRATANTE, local de execução e demais documentos que comprovem a veracidade das informações;
- j) O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias para comprovação da legitimidade do atestado, quando solicitado pela Administração;
- k) Em caso de apresentação de atestado emitido em favor de consórcio do qual a licitante tenha feito parte, caso o documento não identifique a atividade desempenhada individualmente, serão aplicados os critérios previstos no artigo 67, §10, I e II, da Lei nº 14.133/2021.

Quantidade estimada

11.25. A quantidade estimada considerou as informações constantes na Planilha Atuarial vigente, utilizada como base para o exercício de 2025.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Recenseamento digital, virtual, dos servidores ativos.	Servidor	6.275

12. ESTIMATIVA DO VALOR CONTRATADO

12.1. O valor estimado total para a contratação é de R\$ 609.930,00 (seiscentos e nove mil, novecentos e trinta reais), correspondente ao menor preço obtido na pesquisa de mercado e nas cotações comerciais.

12.2. O valor proposto é de responsabilidade da CONTRATADA e deverá contemplar todas e quaisquer despesas existentes, tais como encargos, tributos, custos, e demais despesas que possam incidir, direta ou indiretamente na prestação de serviços aqui objetivada.

12.3. Essa estimativa está de acordo com os critérios estabelecidos nos artigos 6º e 23, §1º da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 3884/2024.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento dessa Autarquia.

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- **Programa de Trabalho: 09.122.0125.2.151**
- **Elemento de Despesa: 33.9039**
- **Fonte de recursos: 439**
- **Valor estimado: R\$ 609.930,00** (seiscentos e nove mil e novecentos e trinta reais)

14. PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

14.1. O prazo de vigência do contrato decorrente desta contratação será de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, período em que deverão ser executados integralmente os serviços contratados, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

14.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, sem prejuízo da formalização adequada, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, na forma do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso em que deverá o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

14.3. Em caso de necessidade ou interesse na prorrogação do contrato caberá ao fiscal comunicar à autoridade superior para solicitar autorização da prorrogação e havendo anuência, encaminhar ao DELCO, no mínimo 30 (trinta) dias corridos, anteriores ao término de vigência deste Contrato.

14.4. A CONTRATADA não terá direito a reajustes para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1. Promover, na forma da legislação de regência, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer vício ou defeito na execução do Contrato.

15.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa executar a prestação do serviço dentro do estabelecido neste Termo de Referência e no Contrato;

15.3. Conceder todos os documentos necessários a execução do projeto.

15.4. Disponibilizar à CONTRATADA base de dados e elementos necessários à execução do objeto deste Termo de Referência, com antecedência mínima de 10 (dez) dias que antecedam o início da 4ª etapa conforme este Termo de Referência.

15.5. Intermediar para que todos os servidores tomem conhecimento do Censo Previdenciário, informando quais documentos deverão apresentar no ato do seu recenseamento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

15.6. Facilitar o atendimento presencial pela CONTRATADA aos casos excepcionais previsto neste Termo de Referência.

15.7. Notificar, por escrito, à CONTRATADA sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.

15.8. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA pelos serviços efetivamente entregues e faturados, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

15.9. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos de sua proposta.

15.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA, no que couber.

15.11. Prestar aos funcionários da CONTRATADA as informações e esclarecimentos de que disponha e que eventualmente venham a ser solicitados.

15.12. Designar gestor ou comissão para acompanhar e fiscalizar, assim como para atestar a execução do objeto.

15.13. Sustar, recusar, solicitar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, por intermédio do Gestor, auxiliado pela Fiscalização do Contrato.

15.14. Comunicar à CONTRATADA qualquer fato que possa interferir na prestação dos serviços.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Entregar os serviços, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela legislação de regência.

16.2. Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

16.3. Disponibilizará à CONTRATANTE por um período mínimo de 6 (seis) meses após o término do Censo Previdenciário, o Sistema do Censo Previdenciário online para manuseio, consultas, gerar relatórios estatísticos, etc. A alimentação do sistema será por conta da CONTRATANTE.

16.4. Estabelecer metas para que o grupo de servidores ativos efetivos seja entrevistado, a fim de obter um percentual mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) de seu total, desde que a CONTRATANTE siga os procedimentos sugeridos pela CONTRATADA.

16.5. Obedecer às especificações constantes neste Termo.

16.6 Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato a ser firmado.

16.7. Responsabilizar-se, exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

16.8. Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação.

16.9. Responder perante o CONTRATANTE por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da execução dos serviços contratados, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à Administração o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.

16.10. Facilitar auditoria dos dados, sistemas e entregáveis digitais fornecidos.

16.11. Não utilizar o nome do Município de Rio das Ostras ou do CONTRATANTE em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.

16.12. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.

16.13. Apresentar ao CONTRATANTE, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.

16.14. Assumir total responsabilidade pelos materiais que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades.

16.15. Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os serviços e materiais considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em desacordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério de o CONTRATANTE aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.

16.16. Responsabilizar-se em manter o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, informações, documentos, especificações técnicas, inovações ou aperfeiçoamento de quaisquer produtos que lhe venham a ser confiado, não podendo, em hipótese alguma, duplicar ou copiar, ou mesmo transferir, sob pena de responder criminalmente, além, de reparar qualquer dano, prejuízo, lesão ou perda de caráter patrimonial, técnico, ou de qualquer natureza.

17. DOS CASOS OMISSOS

17.1. As hipóteses não previstas neste Termo de Referência ou no instrumento contratual (casos omissos) serão resolvidas de acordo com:

- a)** as disposições expressas da Lei no 14.133/2021 e demais normas gerais aplicáveis à Administração Pública;
- b)** os princípios que regem a licitação e a contratação pública — especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência —, bem como os princípios da boa-fé, razoabilidade e equilíbrio contratual;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

17.2. A solução dos casos omissos será formalizada por meio de ato administrativo motivado e publicado, com ampla comunicação aos contratados, preservando o princípio da transparência e assegurando o direito de contraditório e ampla defesa, quando couber.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Este Termo de Referência é peça fundamental e inseparável do processo administrativo nº 185/2025IS, vinculando todos os agentes públicos e participantes, garantindo transparência, responsabilidade e compromisso com a excelência na execução dos serviços técnicos especializados de Censo Previdenciário para o OstrasPrev.

18.2. As empresas interessadas em participar devem abraçar integralmente as condições e exigências aqui estabelecidas, reconhecendo que atender a este Termo é contribuir diretamente para a qualidade, organização e bem-estar das atividades institucionais do OstrasPrev.

Rio das Ostras, 18 de novembro de 2025.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

ANEXO II
PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº185/2025IS

(Em papel timbrado da empresa)

Ao
OSTRASPREV- RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

DENOMINAÇÃO DA EMPRESA:

CNPJ/MF:

Endereço:

CEP:

Telefone:

E-mail:

Licitação de Pregão Eletrônico						
Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTD.	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada em realização de Censo Previdenciário para promoção do recenseamento previdenciário dos servidores públicos efetivos ativos da Administração Direta e Indireta do Município de Rio das Ostras.	14800	Serv.	6.275	R\$	R\$
VALOR TOTAL GLOBAL						

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (POR EXTENSO)

- 1. VALIDADE DA PROPOSTA: ____ DIAS (MÍNIMA 90 DIAS)**
- 2. DECLARO** que os valores ofertados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.
- 3. DEMAIS CONDIÇÕES: DE ACORDO COM O EDITAL E SEUS ANEXOS.**

Local _____, ____/____/2025

Assinatura do representante



ANEXO III
DOS REQUISITOS OBRIGATÓRIOS E DESEJÁVEIS PARA PROVA DE CONCEITO

REQUISITOS OBRIGATÓRIOS	ATENDE? (S/N)
<p>Ambiente de testes funcional:</p> <p>a) A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso a um ambiente demonstrativo funcional da solução digital, hospedado em plataforma segura, acessível via web, contendo as principais funcionalidades operacionais previstas no Termo de Referência.</p> <p>b) A solução deverá incluir aplicativos móveis em ambiente de testes, sendo disponibilizados:</p> <ul style="list-style-type: none">• arquivo APK para dispositivos Android;• acesso via TestFlight ou solução equivalente para dispositivos iOS. <p>c) O ambiente de testes deverá apresentar interface parcialmente personalizada com o nome, brasão ou logomarca do OstrasPrev, de modo a simular o ambiente final que será fornecido durante a execução contratual.</p> <p>d) O acesso ao ambiente demonstrativo deverá ser acompanhado de instruções técnicas, logins de teste, senhas e orientações suficientes para permitir a avaliação completa pela Comissão de Avaliação da Prova de Conceito.</p> <p>e) Todo o ambiente deverá estar disponível em pleno funcionamento no momento agendado para a realização da Prova de Conceito, sob pena de desclassificação.</p>	
<p>Funcionalidades obrigatórias da demonstração:</p> <p>a) Tela de login individual com autenticação (senha ou biometria simulada);</p> <p>b) Menu funcional completo, contemplando:</p> <ul style="list-style-type: none">• Inserção e edição de dados cadastrais;• Inserção e edição de dados funcionais;• Inserção e edição de dados financeiros; <p>c) Upload de documentos, permitindo anexação de arquivos em PDF ou imagem, com pré-visualização;</p> <p>d) Simulação da conclusão do recenseamento, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Validação final;• Geração de protocolo ou comprovante digital; <p>e) Dashboard gerencial demonstrando indicadores básicos, tais como quantidade de servidores recenseados, pendentes, taxa de conclusão, filtros por órgão ou secretaria;</p> <p>f) Acesso simultâneo ao formulário de autoatendimento por:</p> <ul style="list-style-type: none">• Navegador web (versão responsiva);• Aplicativo móvel (Android e iOS).	



Compatibilidade da solução

A solução deverá funcionar em:

- a)** Ser compatível com os principais navegadores utilizados no mercado, incluindo Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge, em suas versões atualizadas;
- b)** Funcionar adequadamente em dispositivos móveis com sistemas operacionais Android (versão mínima 8.0) e iOS (versão mínima 13), garantindo estabilidade, responsividade e integração plena com o ambiente web;
- c)** Permitir operação em dispositivos com resolução mínima de 720p, assegurando experiência visual adequada e sem prejuízo às funcionalidades do sistema;
- d)** Disponibilizar módulo de gerenciamento de atendimentos, permitindo o registro, controle, classificação e acompanhamento de todas as demandas dos segurados durante o período do Censo Previdenciário;
- e)** Manter monitoramento contínuo, com geração de análises gráficas e/ou quantitativas sobre os atendimentos realizados, devendo a CONTRATADA disponibilizar à CONTRATANTE acesso diário e em tempo real a esses dados;
- f)** Possuir mecanismo que registre automaticamente, em tempo real, a quantidade de recenseamentos concluídos e de faltantes, disponibilizando essas informações à CONTRATANTE de forma imediata, por meio de dashboard ou relatório gerencial específico.



ANEXO IV TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

O OstrasPrev – Rio das Ostras Previdência, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº XXX, com sede na Rua Rio Grande do Sul, nº 129, Extensão do Bosque, Rio das Ostras – RJ, neste ato representado por seu Presidente, Sr. XXX, inscrito no CPF nº XXX, e a empresa **[NOME DA CONTRATADA]**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº XXX, com sede em XXX, doravante denominadas PARTES, celebram o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO**, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO tem por objeto disciplinar a proteção das informações e dados, em especial os classificados como **CONFIDENCIAIS**, aos quais a CONTRATADA terá acesso em decorrência da execução do Contrato nº XXX, cujo objeto é a realização do Censo Previdenciário do OstrasPrev.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

- a) Este TERMO se aplica a todas as informações reveladas ao longo da execução contratual, independentemente do formato (digital, físico, verbal ou outro).
- b) A CONTRATADA compromete-se a manter sigilo absoluto sobre todas as INFORMAÇÕES fornecidas pelo OstrasPrev, devendo tratá-las como confidenciais.
- c) A CONTRATADA não poderá revelar, reproduzir, utilizar ou permitir o uso das INFORMAÇÕES por terceiros, salvo mediante autorização formal do OstrasPrev.
- d) O OstrasPrev zelará para que as informações que receber da CONTRATADA também sejam tratadas conforme sua classificação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS EXCEÇÕES À CONFIDENCIALIDADE

As obrigações de sigilo não se aplicam às informações que:

- a) Já eram de domínio público antes da divulgação;
- b) Tenham se tornado públicas por terceiros, sem violação deste TERMO;
- c) Sejam exigidas por ordem judicial, legal ou administrativa, devendo a PARTE comunicada notificar a outra previamente, quando possível.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

- a) As INFORMAÇÕES só poderão ser utilizadas para execução do CONTRATO.
- b) A CONTRATADA não poderá realizar cópias sem autorização do OstrasPrev, exceto para uso interno necessário.
- c) A CONTRATADA deverá informar seus empregados e prepostos sobre este TERMO.
- d) A CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança compatíveis com o nível de sigilo exigido.
- e) Cada PARTE continuará sendo proprietária exclusiva de suas informações.
- f) Este TERMO não concede direito ou licença de propriedade intelectual à CONTRATADA.
- g) Todos os produtos e dados gerados na execução do CONTRATO são propriedade exclusiva do OstrasPrev.
- h) A CONTRATADA deverá firmar acordos de confidencialidade com seus colaboradores envolvidos.
- i) A CONTRATADA é proibida de buscar direitos autorais ou de propriedade intelectual sobre informações ou produtos derivados do CONTRATO.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

CLÁUSULA QUINTA – DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

Todas as INFORMAÇÕES reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

A violação do sigilo acarretará:

- aplicação imediata das penalidades previstas no CONTRATO e na legislação vigente;
- possibilidade de rescisão contratual;
- obrigação de reparação integral dos danos, inclusive morais;
- responsabilização civil, administrativa e penal.

CLÁUSULA SETIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O presente TERMO constitui instrumento complementar e indissociável ao CONTRATO firmado entre as PARTES, mantendo-se, contudo, como documento autônomo com disposições específicas relativas à confidencialidade das informações.

b) Este TERMO representa o acordo integral entre as PARTES quanto ao tratamento de INFORMAÇÕES, especialmente aquelas classificadas como CONFIDENCIAIS, aplicando-se inclusive a quaisquer futuros entendimentos, declarações ou negociações, verbais ou escritas, direta ou indiretamente relacionadas à execução do CONTRATO.

c) Havendo divergências quanto à interpretação deste TERMO ou quanto ao cumprimento das obrigações dele decorrentes, ou ainda constatando-se omissões, as PARTES buscarão solução com base nos princípios da legalidade, equidade, razoabilidade, economicidade, boa-fé, e adotarão medidas que resguardecem os interesses do OstrasPrev – RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA, especialmente no tocante à proteção das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS.

d) As disposições deste TERMO prevalecerão, em caso de dúvida, sobre quaisquer cláusulas de outros instrumentos conexos que tratem da confidencialidade de informações, salvo se houver expressa disposição em contrário.

e) A omissão ou tolerância de qualquer das PARTES quanto à exigência do fiel cumprimento das cláusulas aqui pactuadas não constituirá renúncia a direitos, tampouco implicará em novação, podendo os direitos ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

As PARTES elegem o Foro da Comarca de Rio das Ostras – RJ, renunciando a qualquer outro, para dirimir questões relacionadas a este TERMO.

FIRMAÇÃO

E, por estarem de pleno acordo, assinam digitalmente o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, em conformidade com a legislação vigente.

Local, ____ de _____ de 2025.

Responsável
NOME DA EMPRESA CONTRATADA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O OSTRASPREV – RIO DAS OSTRAS
PREVIDÊNCIA E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:**

O OSTRASPREV – RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 39.691.605/0001-01, doravante designado simplesmente OstrasPrev, neste ato representado por seu Presidente, Luciano Macário dos Santos, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 106900475 IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 068.597.957-19, de um lado, e, de outro, a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXX/XXXX-XX, com sede na Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXX, assinam o presente TERMO DE CONTRATO, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 185/2025IS, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, decorrente do Pregão Eletrônico nº 00X/2025, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento rege-se por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante deste Termo, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 3.884/2024, e suas alterações posteriores. A CONTRATADA declara conhecer todas as normas aplicáveis aos contratos administrativos, concordando em sujeitar-se às estipulações, às penalidades e às demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada em realização de Censo Previdenciário para promoção do recenseamento previdenciário dos servidores públicos efetivos ativos da Administração Direta e Indireta do Município de Rio das Ostras.

Parágrafo único

Em cumprimento ao disposto nesta cláusula, a CONTRATADA se obriga a entregar o serviço contratado nas condições e especificações estabelecidas abaixo:

Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTD.
1	Contratação de empresa especializada em realização de Censo Previdenciário para promoção do recenseamento previdenciário dos servidores públicos efetivos ativos da Administração Direta e Indireta do Município de Rio das Ostras.	14800	Serv.	6.275



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA–VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência do presente Contrato será de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data de publicação no PNCP, período no qual deverão ser executados integralmente todos os serviços contratados.

Parágrafo Único

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, sem prejuízo da formalização adequada, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, na forma do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso em que deverá o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução, o modelo de gestão contratual, bem como os prazos, condições de execução, etapas de entrega, critérios de aferição, fiscalização, acompanhamento e recebimento dos serviços previstos neste contrato obedecerão integralmente ao disposto no Termo de Referência – Anexo I, que integra este instrumento para todos os fins de direito.

Parágrafo único

As obrigações da Contratada e da CONTRATANTE relativas à execução, fiscalização, gestão, atestos, comunicação e registros constam detalhadamente no Termo de Referência, cuja observância é obrigatória durante toda a vigência contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, conforme estabelecido no Termo de Referência, em razão da natureza técnica especializada do serviço e da necessidade de responsabilidade direta da Contratada pela execução integral do Censo Previdenciário.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

O custo global do presente contrato é de R\$ XXXXXXXX (valor por extenso), cujo pagamento será efetuado conforme o cronograma previsto no item 10.7 do Termo de Referência, condicionado à efetiva execução dos serviços, ao cumprimento das obrigações contratuais e ao ateste da fiscalização.

Parágrafo Primeiro

O valor contratado engloba todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxa de administração, frete, seguros e quaisquer outros custos inerentes ao cumprimento integral da contratação.

Parágrafo Segundo

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do OstrasPrev para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO: xxxxxxxx



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

ELEMENTO DE DESPESA: xxxx

NOTA DE EMPENHO Nº: xxxxx

EMITIDA EM: xxxxxx

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

O pagamento será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal/fatura contendo atesto do responsável pelo acompanhamento da execução, conforme item 9 do Termo de Referência, Anexo I, do presente instrumento.

Parágrafo Único

Nenhum pagamento será realizado enquanto houver pendência de obrigação por parte da CONTRATADA, inclusive decorrente de penalidades aplicadas ou inadimplência contratual, não gerando, essa retenção, qualquer direito à atualização monetária, compensação financeira ou alegação de desequilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

Não haverá reajuste de preços, considerando que o prazo de vigência contratual é de 120 (cento e vinte) dias, inferior ao interregno mínimo de 12 (doze) meses exigido pelo art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Único

Os preços contratados permanecerão fixos e irremovíveis durante toda a vigência do contrato.

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização da contratação será exercida por representante(is) formalmente designado(s) pelo OstrasPrev, conforme dispõe o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, responsável(is) por acompanhar, monitorar e atestar a execução dos serviços, dirimindo dúvidas surgidas no curso da execução contratual e comunicando à Administração quaisquer irregularidades.

Parágrafo Primeiro

A fiscalização representará o OstrasPrev a fim de garantir o fiel cumprimento ao presente contrato, tendo ainda como atribuições:

- I. Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar o cumprimento dos serviços;
- II. Transmitir suas ordens e instruções por escrito à CONTRATADA, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA o direito de solicitar da fiscalização, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas;
- III. Instruir o(s) recurso(s) da CONTRATADA no que se referir a pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do OstrasPrev;
- IV. As decisões e providências que ultrapassem a competência dos respectivos representantes deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

Parágrafo Segundo

A omissão do Fiscal, ainda que eventual, não eximirá a CONTRATADA de cumprir integralmente as



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

obrigações assumidas, permanecendo responsável pela perfeita execução do objeto, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Parágrafo Primeiro

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);

Parágrafo Segundo

Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica a legislação de regência;

Parágrafo Terceiro

Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da efetiva prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Parágrafo Quarto

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Parágrafo Quinto

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal de contrato, os bens ou serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Parágrafo Sexto

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão CONTRATANTE, na forma do art. 120 da Lei 14.133/2021, podendo a Administração descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

Parágrafo Sétimo

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

Trabalhistas – CNDT;

Parágrafo Oitavo

Manter com a CONTRATANTE relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

Parágrafo Nono

Assumir a responsabilidade, os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendendo todas as despesas incidentes — trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais previstas em legislação específica — cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao CONTRATANTE, conforme art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Décimo

Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência;

Parágrafo Décimo Primeiro

Caso tenha que substituir qualquer material ou serviço recusado pela CONTRATANTE, pelos motivos constantes deste item, correrão por sua conta as necessárias despesas decorrentes desta substituição;

Parágrafo Décimo Segundo

Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

Parágrafo Décimo Terceiro

Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

Parágrafo Primeiro

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

Parágrafo Segundo:

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

Parágrafo Terceiro

Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço prestado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

Parágrafo Quarto

Acompanhar e exercer a fiscalização da execução do objeto licitado e o cumprimento das obrigações pelo contratado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

Parágrafo Quinto

Efetuar o pagamento devido, na forma estabelecida neste Contrato e no Termo de referência.

Parágrafo Sexto

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste contrato.

Parágrafo Sétimo

Cientificar o órgão de representação judicial do OstrasPrev para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

Parágrafo Sétimo

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

Parágrafo Oitavo

Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Nono

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contrato, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Décimo

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

Parágrafo Décimo Primeiro

Arcar com o Ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei 14.133/2021.

Parágrafo Décimo Segundo

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo Terceiro

Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

Parágrafo Décimo Quarto

Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais e que tenha acesso por força da execução deste contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

Parágrafo Décimo Quinto

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Parágrafo Décimo Sexto

Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Parágrafo Décimo Sétimo

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA—OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

Parágrafo Primeiro

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a quem tenham acesso em razão do certame.

Parágrafo Segundo

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art.6º da LGPD.

Parágrafo Terceiro

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

Parágrafo Quarto

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação de cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

Parágrafo Quinto

É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, no Decreto Municipal nº 4039 de 2024, e nas demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I. advertência;
- II. multa: a) compensatória; b) de mora;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



Parágrafo Primeiro

As sanções previstas nos incisos I, II, IV deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “a” do inciso II.

Parágrafo Segundo

A sanção multa será aplicada por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, observando-se os seguintes parâmetros:

- I- multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificável, na entrega de material ou execução de serviços e 1% (um por cento) ao dia após o 15º (décimo quinto) dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente.
- II- o atraso na prestação de garantia contratual pelo licitante vencedor ou CONTRATANTE acarretará a aplicação de multa, nos seguintes termos:
 - a) atraso de 30 (trinta) dias, contados do termo final para a prestação de garantia: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da garantia
 - b) atraso entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 2,5 (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da garantia;
 - c) atraso superior a 60 (sessenta) dias do termo final para a prestação da garantia: multa de 5% (cinco por cento) do valor da garantia.
- III- de 3% (três por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preço ou para a contratação direta, para aquele que:
 - a) na hipótese do infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;
 - b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - d) tumultuar a sessão pública da licitação;
 - e) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;
 - f) propor recurso e impugnações manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
 - g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
 - h) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - i) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência
 - j) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
 - k) não devolver os valores pagos indevidamente pelo CONTRATANTE;
 - l) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
 - m) utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

- n) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa
- o) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual-EPI, quando exigido, aos seus empregados ou emitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- p) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- q) deixar de repor funcionários faltosos;
- r) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra
- s) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- t) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- u) deixar de apresentar, quando solicitado, documento fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

IV- de 10% (dez por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor do contratado, da Ata de Registro de preços, em caso de:

- a) inexecução parcial, com os sem prejuízo para o ente CONTRATANTE;
- b) quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.

V- de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor referente para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratual, da Ata de Registro de Preços, em caso de

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- f) entrega de objetos com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato, da Ata de Registro de Preços;
- h) recusa do infrator em assinar a Ata de Registros de Preços e/ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, salvo se a recusa em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo relevante, do qual não tenha dado causa ou concorrido negligentemente, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, mediante decisão favorável e motivada da autoridade competente;
- i) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

Parágrafo Terceiro

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento



Parágrafo Quarto

Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos par cálculo da multa compensatória incidirá sobre valor estimado da contratação

Parágrafo Quinto

O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

Parágrafo Sexto

A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste instrumento, cumulando-se os respectivos valores.

Parágrafo Sétimo

Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios estabelecidos no Decreto Municipal nº 4039, de 2024;

Parágrafo Oitavo

Será aplicada a sanção de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- I- impedimento pelo período de até 01 (um) ano, caso o infrator:
 - a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - c) não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - e) tenha sofrido três penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a seis meses;
 - f) recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos no contrato e/ou na Ata de Registros de Preços;
 - g) tumultue a sessão pública de licitação
 - h) dê ensejo ao cancelamento parcial do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços;
 - i) deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
 - j) ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;
 - k) deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
 - l) induza erro a Administração
 - m) seja reincidente na penalidade de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
 - 1. atraso na execução do objeto
 - 2. alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

3. não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa
n) atraso na execução do disposto na Ata de Registro de Preços ou no contrato.

II- impedimento pelo período entre 01 (um) ano até 02 (dois) anos, caso o infrator:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
b) a paralisação injustificada do serviço, da obra ou do fornecimento de bens;
c) à rescisão do contrato e/ou Ata de Registro de Preços;
d) recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;
e) não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade.

III- impedimento pelo período entre 02 (dois) anos até 03 (três) anos, caso o infrator:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
b) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
c) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações ou contratações diretas, no momento da contratação ou durante a execução do contrato;
d) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
e) comportamento inidôneo;
f) apresentação de documentação falsa;
g) falha ou fraude na execução do contrato;
h) fraude fiscal.

Parágrafo Nono

A aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

Parágrafo Décimo

Será aplicada a sanção de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- I- pelo período entre 03 (três) anos e 04 (quatro) anos, no caso de o infrator:
a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato
- II- pelo período entre 04 (quatro) anos até 05 (cinco) anos, no caso de o infrator:
a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- III- pelo período entre 05 (cinco) anos até 06 (seis) anos, caso o infrator:
a) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa);
b) existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais;
c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013

Parágrafo Décimo Primeiro



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

Será aplicada a sanção de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º do Decreto Municipal nº 4039, de 2024, pelo prazo máximo de 06 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo Décimo Segundo

O cometimento de mais de 01 (uma) infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente 01 (uma) delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

Parágrafo Décimo Terceiro

A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão, composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar provas que pretende produzir.

Parágrafo Décimo Quarto

Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado na data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Parágrafo Décimo Quinto

Caberá a apresentação do pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Parágrafo Décimo Sexto

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente

Parágrafo Décimo Sétimo

A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Parágrafo Único

Será exigida a prestação de garantia pela empresa a ser contratada, no percentual de 05% (cinco por cento) do valor total do contrato, a ser comprovada no prazo de 15 (quinze) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis inclusive rescisão contratual.

A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia; ou



c) Fiança bancária.

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo Primeiro

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Parágrafo Segundo

Quando a não conclusão do contrato, referida no item anterior, decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhes aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade de execução contratual.

Parágrafo Terceiro

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Parágrafo Quarto

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Quinto

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado no termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto

O termo de extinção, sempre que possível, será procedido:

- I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III. Indenização e multas.

Parágrafo Sétimo

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo Oitavo

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: OstrasPrev – Rio das Ostras Previdência
- II. Fonte de Recursos: xx
- III. Programa de Trabalho: xx
- IV. Elemento de Despesas: xx
- V. Nota de Empenho: xx

A administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem na sua manutenção.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts.124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração do termo aditivo, submetido à previa aprovação do jurídico do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021)

Parágrafo Terceiro

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
OSTRASPREV - RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

Parágrafo Primeiro

A CONTRATADA obriga-se por si e por seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições do presente Contrato e elege para foro do Contrato o da Comarca do Município de Rio das Ostras, com expressa renúncia a qualquer outro, por privilegiado que seja.

Parágrafo Segundo

A CONTRATADA e seus representantes legais apresentaram os documentos comprobatórios das condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura do presente Termo, inclusive quitações de Tributos Municipais, Estaduais e Federais e dos ônus previdenciários.

Rio das Ostras, XX de XXXXXX de 2025.

OSTRASPREV – RIO DAS OSTRAS PREVIDÊNCIA

Representante legal da CONTRATADA